

Para além da miopia

por Carlos Cardoso, da AIM

21/10/84

Os Governos moçambicano e sul-africano voltaram a reunir, sexta-feira, para mais uma sessão dos trabalhos decorrentes da Declaração de Pretória, de 3 de Outubro. E a 10 mil quilómetros de distância, em Lisboa, surgiam mais dados para um eventual esclarecimento exaustivo sobre todo o fenómeno do banditismo armado em Moçambique.

A delegação moçambicana, chefiada pelo Ministro na Presidência, Major-General Jacinto Veloso, chegou a Pretória a meio da manhã. O encontro com a parte sul-africana, chefiada pelo Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Louis Nel, começou pouco depois na casa de hóspedes do Governo. Segundo uma fonte sul-africana, o encontro serviria para as duas partes continuarem a discutir as formas mais rápidas de cessar a violência em Moçambique, prosseguindo assim os trabalhos realizados terça-feira, quando Louis Nel esteve em Maputo para conversações com as autoridades moçambicanas.

Ao fim da tarde, a tripulação do «Antonov» da Força Aérea de Moçambique — que levava a delegação a Pretória — já se encontrava no aeroporto de Wonderboom para o regresso a Maputo, quando recebeu ordens para voltar ao hotel, pois as conversações iriam continuar. E continuaram até cerca de uma hora da madrugada de ontem.

A meio da tarde de sexta-feira, uma «declaração conjunta de Imprensa», emitida por Jacinto Veloso e Louis Nel, enquadrava o encontro «no processo de implementação da Declaração de Pretória», apesar de não ter sido uma reunião da Comissão Técnica, que inclui representantes do banditismo organizado.

O segundo e último ponto do comunicado anunciava «para breve» uma reunião da Comissão saída da Declaração de Pretória.

O encontro de sexta-feira teve lugar após dias de incênsias especulações envolvendo Lisboa em toda a problemática.

Quinta-feira, o Ministério dos Negócios Estrangeiros sul-africano disse que o processo de negociações prosseguiria independentemente de declarações feitas por representantes do banditismo.

Um desses representantes, Evo Fernandes — cidadão português

que chefiou a representação dos bandidos à cerimónia de 3 de Outubro — declarou quinta-feira à rádio francesa internacional, que não regressaria a Pretória enquanto Moçambique não satisfizesse certas «condições». Uma delas era «o restabelecimento do sistema do regulado em Moçambique».

Para além da hilariedade que isso pudesse ter provocado, ficava no ar o facto preocupante disso ter uma conotação demasiado ligada ao crescente coro de acusações, segundo as quais certas forças portuguesas estarão interessadas numa neocolonização de Moçambique. Com efeito, colonialismo português e regulado foram sinónimos em Moçambique até há muito pouco tempo.

Mas a atitude colonialista por detrás deste tipo de reivindicações abriu completamente o seu jogo quando o mesmo representante disse, sexta-feira à Televisão Portuguesa, que o objectivo de fundo de toda a operação era o regresso dos portugueses a Moçambique; por outras palavras, talvez mais cruas mas mais esclarecedoras, o regresso dos antigos colonos. E isto dito numa altura em que a grande maioria dos portugueses que viveu em Moçambique se encontra radicada e com vida estabelecida em Portugal.

Os próprios representantes do banditismo estão, portanto, a justificar plenamente aquilo que Moçambique tem dito.

Após a assinatura do Acordo de Nkomati — um Acordo que permitiu levantar o véu de muita coisa anteriormente simulada —, o Bureau Político do Partido Frelimo, falando em termos de «conspiração contra Moçambique», anunciou que «membros de Governos com quem Moçambique tem relações» estavam envolvidos na desestabilização de Moçambique.

A declaração do Bureau Político não mencionava nomes, mas ela foi interpretada como referência a forças em Portugal.

Semanas depois, seria a vez de o Presidente Samora Machel dizer, na Beira, que no banditismo armado havia o envolvimento de «saudosistas do colonialismo».

A actuação constante, e aberta, de representantes dos bandidos armados em Portugal justificava estas preocupações de Moçambique, mas a extensão do envolvimento a partir de Lisboa só agora

parece estar a vir ao de cima, até com possíveis repercussões negativas para o relacionamento entre Portugal e a África do Sul.

O problema tornou-se palpável esta semana.

Fontes bem informadas na capital portuguesa disseram, no fim da semana passada, que estava prevista uma visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros sul-africano, Roelof Botha, a Lisboa, para encontros com o Vice-Primeiro-Ministro, Mota Pinto, o Ministro de Estado, Almeida Santos, e o industrial português, Manuel Bulhosa.

Uma fonte sul-africana disse-me em Pretória que a visita estava efectivamente programada, mas que fora cancelada «à última hora» pelo Governo português.

A fonte acrescentou que o cancelamento fora feito pessoalmente por Mota Pinto, por telefone, quando Roelof Botha já se encontrava no aeroporto de Jan Smuts, em Joanesburgo, aguardando a partida para Lisboa. O argumento da parte portuguesa fora o de que a visita era «inconveniente nesta altura».

Na África do Sul, analistas mais próximos das posições políticas de Pieter Botha dizem que o Acordo de Nkomati é, para o Governo sul-africano, demasiado sério para Pretória deixar que algo externo venha pôr em perigo a sua integral aplicação.

Ainda segunda-feira, o vespertino «The Star», de Joanesburgo, soava o alarme. Num editorial intitulado «Relações Difíceis com Maputo», o jornal dizia que «a paciência de Moçambique parece estar-se a esgotar no que diz respeito ao papel que a África do Sul está a desempenhar». O editorial recordava, a seguir, a entrevista que o Ministro moçambicano da Informação deu domingo passado ao «Sunday Mail» de Harare, na qual José Luís Cabaço reiterava a posição de que o prosseguimento do banditismo em Moçambique e o arrastar do processo negocial com a África do Sul poderiam pôr em perigo o Acordo de Nkomati.

Caso seja genuína a posição sul-africana em não permitir perturbações exteriores a este processo negocial com Moçambique, estou em crer que Pretória manifeste o seu desagrado a Portugal pelas vias diplomáticas e não publicamente.

E isto por duas razões: por um lado, porque o Governo de Pieter

Botha precisa política e diplomaticamente da anunciada visita do Primeiro-Ministro português, Mário Soares, à África do Sul; por outro lado, porque seria demasiado desgastante para Pretória um contencioso público com Portugal num momento em que o Governo de Pieter Botha se encontra envolvido numa autêntica guerra verbal com o Governo de Margaret Thatcher, em torno do caso dos refugiados da UDF no Consulado britânico em Durban.

Uma coisa parece-me certa: se, volvidos sete meses após Nkomati, o interesse sul-africano em manter o Acordo fosse apenas ligeiro, já Pretória teria lavado as mãos de todo o problema, aproveitando as próprias declarações de Moçambique sobre os «saudosistas do colonialismo».

Quem tenha consciência do enorme envolvimento de Pretória na desestabilização rodésiano-sul-africana de Moçambique, sabe que só Pretória pode desactivar os mecanismos dessa mesma desestabilização. Portanto, a responsabilidade maior, quer historicamente, quer em termos práticos do desmantelamento do banditismo, continua a ser de Pretória.

Mas regressemos ao lado português do «puzzle».

Os últimos anos trouxeram à evidência dois factos: 1 — a presença em Portugal, e actuação impune, de representantes do banditismo armado, e 2 — uma crescente reivindicação de carácter abertamente colonial por parte desses representantes, quase todos eles portugueses.

Estes dois factos levantam toda uma série de especulações, umas com mais lógica que outras.

A hipótese que me parece mais lógica, é esta: 1 — o banditismo armado tem sido, não apenas um instrumento da desestabilização rodésiano-sul-africana de Moçambique (este é o aspecto principal), mas também instrumento de uma tentativa de recolonização ou neocolonização de Moçambique por parte de pessoas e grupos em Portugal; 2 — para os representantes do banditismo em Lisboa poderem reivindicar, com total impunidade, o rapto e assassinato de portugueses em Moçambique; para eles poderem reivindicar, com igual impunidade, a destruição de interesses portugueses em Moçambique (o prejuízo na linha de Cahora Bassa já vai em dezenas de milhar de contos), é porque há forças políticas, económicas e financeiras em Portugal que estão por detrás desses representantes e os protegem — se assim não fosse a polí-

tica pertenceria ao domínio do mitológico; 3 — essa protecção levanta a mais grave das deduções, nomeadamente, a de que o Governo português se arrisca à acusação de que é permeável a essas forças e ao argumento de que esses portugueses raptados e assassinados e esses milhões de contos de prejuízo para Portugal são o sacrifício necessário até que tais forças recuperem para Portugal os domínios de um neo-império.

Sá Carneiro, Ramalho Eanes, e Pinto Balsemão tentaram delinear com Moçambique um relacionamento que não se prende a interesses mesquinhos, um relacionamento baseado nos princípios do respeito pela soberania e interesses dos dois países. Mário Soares reafirmou estes princípios na sua recente visita a Moçambique. Mas apesar de tudo isto, persiste esta indigna ligação entre a barbárie do banditismo e essa capital dos poetas, Lisboa.

Porquê?, muitos se perguntam, e às vezes o sentimento de incredulidade é mais forte do que o de repulsa.

Há uns meses atrás surgiu nalguma imprensa portuguesa o argumento de que o Acordo de Nkomati pusera definitivamente de lado o relacionamento de Portugal com Moçambique, pois a África do Sul acabaria por hegemonizar as relações de Moçambique com o exterior. Em suma, um raciocínio colonial, pois para a mentalidade colonialista, só é válida a relação de tipo colonial. Como se Moçambique fosse, da noite para o dia, abandonar nove anos de cansaços que criaram um relacionamento múltiplo — e por isso defensor da soberania — com o mundo.

Restaria aqui referir aquilo que o Presidente português, General Ramalho Eanes, explicou em Lisboa após a sua visita de 1981 a Moçambique, nomeadamente, que as declarações de vontade de um relacionamento preferencial com Portugal, que as declarações de carinho do Presidente Samora Machel por Portugal e pelo seu povo, não são declarações tácticas; elas têm a dimensão de uma estratégia, a dimensão de uma amizade profunda e a dimensão de uma moral.

Oxalá que as razões de Ramalho Eanes ainda possam ser escutadas em Lisboa porque esperar que o banditismo possa produzir benefícios para Portugal é miopia política, é um insulto aos povos moçambicano e português, e é também um contributo deciseivo para o «harakiri» de Portugal em África.